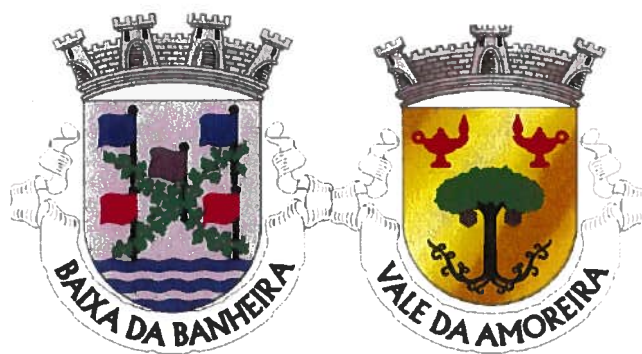




Ata da Assembleia Ordinária de Freguesias da União
de Freguesias da Baixa da Banheira e do Vale da
Amoreira
Concelho da Moita

29 de Junho de 2022 e 4 de Julho de 2022

Ata n.º6

Ao vigésimo nono dia do mês de junho de dois mil e vinte e dois, na Baixa da Banheira, R. Alves Redol, no Salão da Coletividade da União Desportiva Cultural Banheirense, realizou-se uma reunião ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Apreciação e Votação das Atas n.º 5
- 2 – Apreciação e Votação da Segunda Revisão Orçamental
- 3 – Adesão da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira à rede de parceiros do programa Abem (Associação Dignitude)
- 4 – Autorização Prévia pela Assembleia de Freguesia de compromissos plurianuais de forma genérica
- 5 – Informação da Senhora Presidente das Atividades da Freguesia prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1, Artigo 17.º da Lei n.º5 A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do n.º2 do Artigo 9.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro

Houve um pedido de substituição, nomeadamente, na bancada do PS, em que Patrícia Pires foi substituída por Ana Paula Silva.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Paulo Alfama, deu início à sessão, interpellando o público no sentido de aferir se haveria alguma intervenção, o que se verificou. Pediu a palavra o senhor José Martins Vieira, freguês.

Iniciou a intervenção o senhor José Martins Vieira, com três questões. Primeiramente, questionou o Executivo sobre o processo de construção do Centro de Saúde da Baixa da Banheira. A segunda questão foi relativa à união das freguesias da Baixa da Banheira e do Vale de Amoreira, pedindo aos eleitos para fazerem o possível para reverter a situação voltando as freguesias a estarem separadas. Perguntou ainda sobre a situação relativa ao Núcleo Museológico, pois o mesmo encontra-se fechado. Enalteceu a importância de abrir o espaço ao público e dar a conhecer à população o seu conteúdo e história.

Finalizou a sua intervenção, acrescentando que o empreiteiro já tinha processos idênticos em outras freguesias e que se deveria ter delineado uma estratégia caso o contrato não fosse cumprido, o que não aconteceu. Termina, realçando que “todos os Banheirenses querem a construção do Centro de Saúde.”

Seguiu-se a intervenção do senhor Nuno Cavaco, em resposta às questões feitas pelo freguês.

Começa por explicar a história do Núcleo Museológico, que foi concebido pelo senhor João José da Silva, com o intuito de dar a conhecer às gerações mais novas “como era a vida do antigamente”.

Afirma que já existiria um inventário, embora admitisse a possibilidade de não deter todas as peças. Diz não compreender como é que o Núcleo continua fechado e apela ao Executivo para que o abra, já que “é de todos”. Completa, dizendo que a ideia de João José deve ser respeitada.

Relativamente à reposição de freguesias, o senhor Nuno Cavaco relembra que não foi feito nenhum estudo quando as mesmas foram extintas.

No último ponto da sua intervenção, começa por agradecer o apoio que a Junta tem dado à União Desportiva Cultural Banheirense e segue para a questão do Centro de Saúde, afirmando que “a responsabilidade de construir centros de saúde não é da Assembleia de Freguesia, porque, se fosse, já estava feito.”

Diz ainda que é normal que existam dificuldades por parte das empresas, mas não que se demore tanto tempo a decidir-se sobre uma obra que pode ser decidida.

O senhor Nuno Cavaco finaliza a sua intervenção, convidando todos a consultarem as votações sobre o Plano de Investimento e Despesa Pública, no que diz respeito ao Centro de Saúde e à esquadra da PSP.

De seguida, interveio o senhor Jorge Silva relativamente à data de entrega da convocatória e respetivos documentos, afirmando que o atraso desrespeita o artigo 11.º, nº1, da Lei 75/2013, que define a antecedência mínima de 8 dias. Reforça que os deputados da CDU, “por um ato de democracia e querendo participar como força política”, não impediram a realização das Assembleias anteriormente, registando que as seguintes não serão aceites se a situação se voltar a repetir.

O cidadão tem o direito de saber quem o contacta e como contactar com a administração.

Afirma que tem dificuldade em saber ao estabelecer contacto no site da Escola Mouzinho da Silveira, referindo que há apenas um número de telefone e que o e-mail só é encontrado no site da Câmara Municipal da Moita. Diz que, desta forma, é difícil fazer qualquer tipo de queixa e que esta tenha efeito.

O senhor Nuno Cavaco volta a intervir, desta vez para fazer uma declaração política sobre o novo aeroporto de Lisboa:

“O Governo decidiu acelerar a substituição da Portela e abandonar a avaliação estratégica em curso. Em 2026, quer a pista complementar do Montijo a funcionar, e, em 2035, o novo aeroporto em Alcochete, e avança independentemente do apoio do PSD.

Para que tal seja possível, será apresentada, de novo, à Assembleia da República a proposta de lei para mudar a legislação, que permite aos municípios bloquearem a localização do novo aeroporto nas suas imediações.

Na anterior legislatura, seria preciso apoio do PSD, mas agora o Governo tem uma maioria absoluta e está de “mãos-livres”. “Quero, posso e mando.” Sem estudos, sem nada que o justifique. Reconhecem, assim, que o que andaram a dizer durante anos não tem fundamento.

O Montijo, para além de não ser a solução, como comprova agora a decisão do Governo, é um problema e um problema assumido pelo PS.

O PS rasga, assim, mais um compromisso com todos os portugueses, de estudar a melhor solução para instalar o aeroporto e, assim, sem explicar o que quer que seja, resolve o assunto mudando leis, sem estudos e contra todos.

Uma maioria absoluta que se comprava, mais uma vez, que não é de diálogo e muito menos de futuro. Não basta dizer que há dezenas de anos que se discute o problema, quando o problema foi resolvido em 2011. Com estudos a apontar Alcochete como a melhor solução, havendo todas as condições para se iniciar a obra em 2012, o que o Governo da altura não quis.

coletividades que têm despesas de quase 1000 euros por mês.", afirma. "Há uns anos acompanhei vários projetos e a Junta tinha um programa de apoio para o incentivo de utilização de painéis fotovoltaicos. Qualquer situação destas vai até aos 20 mil euros. Nós não estamos a falar disso. Estamos a falar de um reforço.", completa. Refere que se alguma coletividade pedir apoio para a realização de uma atividade e esta não se realizar, a Junta saberá.

Conclui a sua intervenção afirmando que deve haver controlo, sugerindo que este se faça durante as reuniões em Assembleia de Freguesia.

João Tita Maurício volta a intervir, reforçando a ideia de que a definição de "atividades" e a definição de "rendas" não são idênticas, por isso, caso os fundos sejam para uma função e acabam por ser alocadas noutra, ocorre o crime de peculato.

O Presidente de Mesa, Paulo Alfama, passa a palavra ao Senhor Tesoureiro, Luís Cerqueira.

Este relembra que a gestão dos dinheiros públicos sempre foi uma preocupação do Executivo e que um dos primeiros trabalhos foi, precisamente, a construção do Regulamento de Apoio do Movimento Associativo. Informou que o documento já foi entregue ao Movimento Associativo e que o mesmo já se teria expressado sobre ele.

"Agora está na fase de incluir os contributos do Movimento Associativo nesse Regulamento. Este Regulamento estabelece critérios na atribuição destes valores.", informa. Acrescenta que todas as propostas de apoio ao Movimento Associativo são justificadas com documentos e anexos públicos e que estes incluem o orçamento e faturas relativas ao dinheiro que foi aplicado. Também relembra que o apoio dado pode ser para atividades, obras, deslocações ou equipamentos.

Em seguida, a Senhora Presidente de Junta, Bárbara Dias, esclarece que, no início do mandato, foram pedidas a todas as associações e coletividades que fizessem chegar ao Executivo os seus planos de atividades e relatórios de contas. "Cada vez que nos pedem algum apoio, nós confrontamos sempre com o plano de atividades, o orçamento e com a certidão de não-divida na Autoridade Tributária.", informa. Refere ainda que o documento será discutido, futuramente, em Assembleia de Freguesia.

De imediato, segue-se a intervenção do senhor Nuno Cavaco, que relembra que se tinha aprovado por unanimidade que iria haver um Normativo de Apoio ao Movimento

No uso da palavra, o senhor Nuno Cavaco expressa a sua opinião sobre a ata, afirmando que a posição da bancada da CDU sobre a moção apresentada na reunião anterior não estava bem explicada. “A moção falava da guerra da Ucrânia e do 25 de Abril, que são duas coisas que, como toda a gente sabe, não têm nada ver uma com a outra.”, declara. Afirma que gostaria apenas que a posição da CDU estivesse expressa na ata, que bancada é contra o conflito da Ucrânia, assim como foi contra a guerra do Iraque.

De seguida, intervém o senhor Miguel Jorge, do PS, que sugere que não se faça, futuramente, uma transcrição a fundo do que foi dito. Chama atenção para alguns erros ortográficos e para algumas faltas no texto que prejudicam a coerência do texto.

Pede ainda esclarecimentos relativamente à situação do deputado eleito Sérgio Marques.

O Senhor Presidente de Mesa agradece as palavras e conselhos do deputado Miguel Jorge, comprometendo-se, em nome da Mesa, a melhorar a estrutura/conteúdo das Atas. Reforça que nenhum dos membros da Mesa quer silenciar ninguém.

Terminada a discussão, a Ata n.º5 foi submetida a votação, sendo aprovada com 17 votos a favor e 1 voto contra.

Passou-se ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, Adesão da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira à rede de parceiros do programa Abem (Associação Dignitude), apresentado pela Senhora Secretária do Executivo, Cátia Nunes:

“O *abem* é o primeiro programa solidário da Associação Dignitude, uma instituição particular de solidariedade social, que nasce da parceria entre o setor social – Cáritas Portuguesa e Plataforma Saúde em Diálogo e o setor da saúde – Associação Nacional das Farmácias e Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica. Trata-se de um programa solidário de grande impacto social que melhora a qualidade de vida e o bem-estar dos portugueses.

O Programa **abem**: Rede Solidária do Medicamento pretende dar resposta aos problemas de acesso ao medicamento motivados pelo atual contexto socioeconómico, garantindo que os indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconómica possam comprar os medicamentos comparticipados que lhes são prescritos, de forma justa e digna, evitando o agravamento do quadro de doença por dificuldades de adesão e/ou manutenção da terapêutica, constitui-se como uma resposta eficaz e inovadora de apoio

Houve pedidos para intervir por parte de Miguel Jorge, Jorge Silva e Nuno Cavaco, sendo este o primeiro a intervir.

O mesmo começa por dizer que a bancada da CDU irá votar a favor, todavia tem algo a apontar, como a poupança de dinheiros do Serviço Nacional de Saúde. Diz ver como um aspeto positivo, mas não deixaria de demonstrar uma das grandes falhas do Estado, que não consegue garantir o acesso à saúde aos mais pobres e, assim sendo, surgem as autarquias locais a fazerem esse papel.

Chama a atenção para o facto da dificuldade do acesso ao medicamento não ser visto como um problema social, quando há quem morra por não terem acesso ao mesmo.

Questionou o Executivo sobre a forma como foi feita a referenciação das pessoas que vão beneficiar do apoio e a possibilidade de aumentar o valor do Protocolo, que abrange 10 famílias.

Respondendo às questões, a senhora Cátia Nunes diz que a Junta terá sido contactada por uma assistente social do Hospital do Barreiro e explica que há pessoas que já estão integradas no projeto. No que concerne a sinalização, a Junta trabalhará em conjunto com as IPSS, que têm mais conhecimento sobre a população com mais carências. Esclarece ainda que o Protocolo estabelece que se formem equipas de, no mínimo, 4 elementos, sendo dois da associação em questão e outros dois da entidade referenciadora, sendo profissionais com formação para ocupar esses lugares.

O senhor Jorge Silva questiona a Senhora Secretária sobre as situações de imigrantes que não têm acesso ao Serviço Nacional de Saúde e como estes poderiam recorrer este tipo de programas, sendo que nem ao centro de saúde se podem deslocar, por falta de documentação. Sugere ainda que, no futuro, se realize uma assembleia extraordinária para se discutir estes graves problemas sociais que marcam a população da Baixa da Banheira e do Vale da Amoreira.

O senhor Nuno Cavaco volta a usar da palavra, dizendo que ficou esclarecido e que, no fundo, não existiria uma verdadeira recolha de informação sobre quem precisa desta ajuda, já que seria necessário trabalhar em conjunto com o centro de saúde e com a ACES. Conclui que o programa irá funcionar através de um critério de proximidade, ou seja, que quem se deslocar ao hospital e demonstrar não ter capacidade para comprar os medicamentos, terá ajuda. Volta a sublinhar a ideia de que a culpa é do Governo central

Logo em seguida, foi dada a palavra ao senhor Nuno Cavaco. Este recorda que foi comunicada uma “carta de renúncia” do próprio Sérgio Marques. Assim sendo, a bancada da CDU pede o acesso à carta de renúncia do deputado eleito.

O senhor João Tita Maurício pede para intervir e afirma que, em ata, consta que o deputado renunciou à sua posição e, caso essa não seja a realidade, terá de se retificar a situação.

Posto isto, o Presidente de Mesa informa que irá pedir um parecer à CCDDR sobre a situação e que enviará uma cópia da carta da renúncia a todas as forças políticas.

Foram entregues, à Mesa da Assembleia, duas moções e três saudações do PS e duas moções da bancada da CDU. César Marques, do PS, inicia com a moção “Saudação aos Feitos Desportivos 2022”:

“À semelhança de outros anos, a presente época desportiva presenteou inúmeros clubes e atletas da nossa terra com prestigiadas vitórias, nas mais diversas modalidades, que muitos dignificam a nossa União de Freguesias.

A título de exemplo, apenas esta época podemos assistir aos seguintes feitos desportivos:

- O Clube Desportivo Recreativo Ribeirinho alcançou a vitória por equipas na XVIII Milha Noturna da Moita e a sua equipa feminina alcançou excelentes resultados desportivos. O seu atleta, Gonçalo Corceiro, sagrou-se campeão regional de atletismo (3000 metros obstáculos);
- A equipa de Infantis da AMA Zona Sul conquistou o Campeonato Distrital de Futsal 2021/2022;
- O Centro de Atletismo da Baixa da Banheira viu inúmeros atletas alcançarem excelentes resultados desportivos;
- O Grupo Desportivo da Escola D.João I / PIEV conquistou, através da sua equipa de Benjamins, o Campeonato Distrital de Futsal 2021/2022;
- A equipa de Iniciados da Escola de Futebol da D.João I conquistou o Campeonato Distrital de Futebol 2021/2022;

individual e coletivo desenvolvido pelos muitos atletas e treinadores para a obtenção destes resultados, assim como o esforço e dedicação dos dirigentes dos respetivos clubes e coletividades onde trabalham e treinam e os apoiam. Não esquecendo o auxílio que lhes foi prestado pelas empresas patrocinadoras e pelas diferentes autarquias. Todos estes alcançaram tudo isto e imagine-se o que se poderá alcançar se formos muitos mais.”

De seguida, tomou da palavra o senhor Nuno Cavaco, dizendo que a bancada da CDU iria acompanhar a saudação, mas ressaltando a existência de mais feitos na área desportiva. Sugere que se faça uma alteração à saudação para que seja mais inclusiva e propõe ao Executivo que fale com algumas associações/coletividades (Ginásio, CABB) para que se faça essa recolha de informação.

Da bancada do PS, o senhor Miguel Jorge acompanha a posição do senhor Nuno Cavaco, afirmando que se pode aprovar, mas com a ressalva de acrescentar outros feitos desportivos.

Não havendo mais intervenções, o documento foi sujeito a votação e foi aprovado por unanimidade.

A segunda moção do PS, “Pela criação do projeto ‘Orçamento Participativo UFBBVA’”, foi lida pelo senhor Miguel Jorge:

Os Orçamentos Participativos (OP) têm vindo a emergir um pouco por todo o mundo e Portugal não ficou indiferente a esta tendência. O nosso país registava no final de 2015 a mais elevada percentagem de municípios a nível mundial que já experimentou ou que se encontrava a desenvolver este tipo de processo, nomeadamente, 28%. Com cada vez mais iniciativas em curso, verifica-se a replicabilidade entre autarquias, tendo em conta a sua proximidade geográfica ou o maior destaque nacional angariado por alguns. Contudo, cada OP deve ser arquitetado dentro da realidade concreta em que é praticado, por forma a evitar a reprodução de erros e a propiciar práticas que efetivamente tenham impactos positivos ao nível do território, das políticas e das populações.

O Orçamento Participativo da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira deverá configurar-se um instrumento de participação de todos os cidadãos, nos destinos da nossa União de Freguesias. Deste modo, os fregueses passarão a ter o poder de decisão sobre uma “fatia” do Orçamento da UFBBVA, ao apresentarem

3- Criar uma Comissão de Acompanhamento do Orçamento Participativo UFBBVA, que deverá ser constituída por um membro de cada partido com assento na Assembleia de Freguesia e por dois membros do Executivo da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira;

4- Que o Executivo da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira elabore o Regulamento do ‘Orçamento Participativo UFBBVA’, de modo a ser presente a deliberação na próxima reunião ordinária. Mais se propõe a aprovação da presente Moção em minuta para imediata produção de efeitos, e o seu envio aos órgãos de comunicação social, regionais e locais, bem como a publicação nos instrumentos municipais disponíveis online.

Baixa da Banheira, 4 de julho de 2022

Os eleitos do Partido Socialista”

O senhor Presidente de Mesa abre a discussão da mesma.

A primeira intervenção é do senhor Nuno Cavaco, informando que a bancada da CDU se iria abster por ter uma prática diferente, sendo que defendem uma democracia participada, o que seria diferente de uma democracia participativa. Ressalta que a democracia participativa pode não resultar em determinados casos em que as pessoas não têm conhecimento do orçamento ou as grandes opções da freguesia e/ou câmara. Finaliza a sua intervenção, esclarecendo que apenas defende outro tipo de participação e de aproximação das pessoas com o poder local democrático.

O senhor João Tita Maurício intervém afirmando que os propósitos enunciados são cumpridos pelos partidos e de outras organizações políticas e que os mesmos são avaliados durante os mandatos. Para o deputado, isto é institucionalizar um procedimento alternativo, que irá condicionar a ação que é exigida e esperada aos órgãos legítimos.

A solução, na sua ótica, é que cabe aos eleitos apresentarem melhores propostas, porque este tipo de projetos não fomenta um melhor e democrático diálogo entre eleitos e cidadãos. Supostamente, seria pedir que se fizesse um orçamento de “forma anárquica e populista” e é um convite ao “disparate”.

O senhor Rogério Santos, da bancada da CDU, intervém, questionando o PS sobre o critério de escolha da idade mínima para se participar no projeto ser 14 anos.

O senhor Nuno Cavaco usa da palavra mais uma vez, com o intuito de demonstrar apoio a dois aspetos levantados pelo senhor João Tita Maurício, sendo eles a utilização do calendário escolar como referência, pois a Junta de Freguesia não pode funcionar de acordo com esse calendário, e a promoção da cidadania nas escolas.

Volta a atenção à questão do calendário escolar, propondo à Assembleia de Freguesia a organização de visitas com as escolas, fomentando o diálogo com alunos e funcionários, que conhecem bem as dificuldades das mesmas.

Em seguida, o senhor Jorge Silva intervém para sugerir a criação de uma equipa com a participação de elementos da Assembleia e Executivo, para fazerem parte deste projeto para a cidadania participativa.

O senhor Rodrigo Nascimento pede a palavra apenas para dizer que está aberto às sugestões feitas pela bancada da CDU e esclarecer que o parâmetro dos 14 anos foi bem utilizado em outros municípios e, por isso, decidiu-se fazer o mesmo.

O Presidente da Mesa concede a palavra ao senhor Miguel Jorge, que recorda que o projeto já é uma luta do PS desde 2019 e que se decidiu trazer a discussão na Assembleia para que o mesmo se torne mais frutífero, com as contribuições de outras forças políticas, respeitando todas as opiniões. “O que nós queremos é ter um instrumento que esteja à disposição da população, dos jovens e não tão jovens. Que possam ter outro tipo de intervenção na nossa comunidade.”, afirma.

Seguiu-se a intervenção da senhora Helena Mira que recomendou que a participação no Orçamento Participativo não fosse só feita através da internet, já que existe parte da população não conseguirá participar dessa forma.

Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente de Mesa submete o documento a votação, tendo em conta as alterações sugeridas. Foi aprovado com 9 votos a favor, 8 abstenções e 1 voto contra.

A terceira moção do PS, “Pela criação da Assembleia de Freguesia Jovem”, foi apresentada pelo senhor Rodrigo Nascimento:

- Dar a conhecer o significado do mandato de membro da Assembleia de Freguesia e o processo de decisão da Assembleia, enquanto Órgão representativo de todos os fregueses.
- Sublinhar a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afetam o seu presente e o futuro individual e coletivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político.
- Incentivar as capacidades de argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância, do respeito e da solidariedade.
- Desenvolver sentimento de pertença à comunidade, na medida em que proporciona um contacto dos estudantes com os eleitos locais e com os assuntos da União de Freguesias.

O propósito desta proposta é, na essência, adaptar a iniciativa “Parlamento dos Jovens”, promovida pela Assembleia da República, para o plano local, com as alterações que a Assembleia de Freguesia da UFBBVA entender adequadas.

Meramente a título ilustrativo o formato pode, por exemplo, seguir os passos indicados abaixo, entre outros, não dispensando a elaboração de um regulamento que defina o modo de execução do projeto, no todo:

- 1º. inicialmente, a Assembleia de Freguesia Jovem começaria por ser direcionada para a Escola Secundária da Baixa da Banheira e as escolas do 3º ciclo do ensino básico da União de Freguesias;
- 2º. a Assembleia de Freguesia da UFBBVA escolhe o tema anual para ser discutido entre os estudantes;
- 3º. haverá um/a professor/a que ficará encarregue da organização da iniciativa em cada escola e pela articulação com a União de Freguesias;
- 4º. os estudantes organizam-se em listas e elaboram as suas propostas mediante o tema definido pela Assembleia de Freguesia da UFBBVA;
- 5º. as listas apresentam as suas propostas em plenários de escola. Os plenários terão a presença de um/a autarca da Assembleia de Freguesia que fará uma apresentação sobre as competências e funcionamento das autarquias locais e debaterá o tema escolhido com os alunos. Para este efeito, será elaborada uma apresentação em suporte digital, disponibilizada para todos os deputados, a fim de garantir a homogeneidade da mesma.

Os eleitos do Partido Socialista”

O Presidente de Mesa abre o debate, dando a palavra ao senhor Nuno Cavaco, que afirma que o projeto poderá proporcionar alguns “momentos engraçados” a quem participar, todavia, tem vários problemas. O primeiro relaciona-se com a responsabilidade de coordenação do projeto, pois a Moção refere-se À União de Freguesias e deve ser a Assembleia de Freguesia; o segundo, concerne ao ponto V da moção, pois a comissão não pode ser de “acompanhamento” mas sim de execução, caso contrário, não será a Comissão a coordenar, o que dá a entender que quem irá definir tudo é o Executivo; o terceiro relaciona-se com o ponto II, pois o Regulamento da Assembleia Jovem tem de ser feito/debatido na Assembleia de Freguesia e não pelo Executivo. Acrescenta que o calendário deve ser de acordo com o funcionamento da Assembleia de Freguesia e relembra a necessidade da criação de grupos de trabalhos.

Finaliza a sua intervenção, dizendo que a bancada da CDU não poderá votar a favor, pois há pouca clareza nos objetivos, há muita intervenção do Executivo em matéria que deve ser da Assembleia de Freguesia e que, primeiro, deve ser aprovado o Regulamento e o Calendário de Atividades.

O senhor João Tita Maurício usa da palavra para dizer que defende que se deve estimular o interesse dos jovens pela democracia, mas não a partir do poder centralizado, pois seria fazer o mesmo que outros ditos “democratas” fizeram, “correndo o risco de transformar o cidadão num súbdito do Estado, quando este é que é um instrumento do cidadão.”

O senhor Rodrigo Nascimento intervém para dizer estar aberto às propostas da bancada da CDU, porém, que a questão relativa ao calendário será difícil de aceitar, já que o projeto tem em vista o trabalho conjunto com as instituições de ensino e, que se se estão a basear no programa “Parlamento dos Jovens”, que funciona desse forma.

Esclarece que fez parte do projeto “Parlamento dos Jovens” e que foi uma experiência didática, onde se debateram ideias, objetivos e projetos sérios que, posteriormente, foram discutidos pelos verdadeiros membros do Parlamento. Seria este o propósito da iniciativa, onde o Assembleia propunha um tema aos jovens e estes tivessem a oportunidade de fazer ouvir a sua voz sobre esse tema.

Estas conquistas, pese embora a demora, não significam que não haja ainda muito caminho por percorrer, sendo que os retrocessos a que temos assistido em determinados cantos do globo, nomeadamente em países europeus, e os episódios discriminatórios que ainda hoje assistimos no nosso país demonstram a importância da efeméride de 28 de junho, o mês do orgulho LGBTQIA+. Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira

Assim, a Assembleia de Freguesia de União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, reunida no dia 29 de junho de 2022, em sessão ordinária, delibera:

1 - Saudar as cidadãs e cidadãos portugueses, nomeadamente os/as residentes na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, que, pertencendo ou não à comunidade LGBTQIA+, continuam a luta pelos direitos humanos das pessoas LGBTQIA+;

2 - Saudar a Associação ILGA Portugal – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo, a maior e mais antiga associação de defesa e promoção dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA+ e das suas famílias em Portugal, assim como a Associação de Jovens LGBTI e Apoiantes Rede Ex Aequo

Mais se propõe a aprovação da presente Saudação em minuta para imediata produção de efeitos, e o seu envio aos órgãos de comunicação social, regionais e locais, bem como a publicação nos instrumentos municipais disponíveis online.

Baixa da Banheira, 4 de julho de 2022

Os eleitos do Partido Socialista”

O Presidente de Mesa abre o debate, dando a palavra ao senhor João Tita Maurício, que diz não acompanhar a Saudação apresentada, na medida em que não acredita que o mundo reconheça o mês de junho como o Mês do Orgulho” e que a Revolta de Stonewall foi apenas um ato de revolta justo contra um ato discriminatório e não contra

A quinta moção do PS, “Saudação às Festas Multiculturais 2022”, foi apresentada por Vitor Pessoa:

“Terminaram, no passado dia 26, as Festas Multiculturais do Vale da Amoreira, regressando assim, após o início da pandemia, com tremendo sucesso.

A edição deste ano contou com grandes novidades que se revelaram de extrema importância para o sucesso das Festas, a começar desde logo com a mudança da localização do recinto, que acreditamos ter providenciado as condições necessárias para garantir a segurança ao longo das festividades, que não tiveram qualquer ocorrência.

Pela primeira vez na história recente, foi possível garantir a tranquilidade necessária para as nossas famílias, e de quem nos visitou, se sentirem seguras em visitar as Festas e passarem um serão diferente, com ritmos muitas vezes discriminados na generalidade das festas populares em Portugal.

Por outro lado, as Festas Multiculturais contaram também com um esforço inédito de incentivo à participação infanto-juvenil, contando com atividades lúdicas que promoveram não só diversão, mas também a atividade física no combate ao sedentarismo, assim como uma aposta no mundo digital.

Acrescentando a esta dinâmica, o notável investimento prestado por esta União de Freguesias e pela Câmara Municipal da Moita, veio providenciar as condições ideais para esta Associação de Festas articular a mistura perfeita entre artistas locais e artistas de renome junto das várias culturas presentes na nossa comunidade, tornando estas Festas verdadeiramente multiculturais.

Com estimativas a rondar cerca de 10 mil visitantes ao longo dos 4 dias de festividades, assim como o inquestionável aumento do número de comerciantes presentes no local, é inegável que estas Festas foram um tremendo sucesso e deixam grandes expectativas para as Festas da Baixa da Banheira, que certamente irão seguir o exemplo.

Ainda assim, não pode deixar de criticar a Associação de Festas por não ter ouvido o anterior Executivo e Comissão de Festas, no que toca à utilização de certos espaços. Considera uma ofensa dizer que, pela primeira vez, houve segurança e tranquilidade nas festas, sugerindo a retirada da expressão utilizada no documento. Recorda que as festas já chegaram a ser transmitidas pela RTP África e lamentou que não tenha existido um artista português no cartaz da festa, já que, anteriormente, sempre se incluiu artistas africanos, mas também de outras etnias e culturas. Chama a atenção para o facto de o cartaz da parte religiosa da festa não ter sido partilhada e, que houve parte da população do Vale da Amoreira que não sabia da realização das festas multiculturais.

Por fim, afirma que espera que, no futuro, exista mais abertura para debate sobre as festas.

É dada a palavra ao senhor João Tita Maurício, que começa por dizer que não tem nada contra a saudação, apenas tem algumas sugestões em relação à palavra “multiculturalismo”.

“O título “multiculturalismo” é dos mais absurdos, falaciosos e incompreensíveis pseudo-conceitos com que somos bombardeados no ocidente.”, afirma. Sumariamente, faz uma desconstrução da definição e origem da palavra cultura. O deputado afirma que talvez fizesse mais sentido o nome “Festas das Memórias”, onde se recordassem os passados e a herança de cada uma das famílias que vieram para esta terra.

O senhor Miguel Jorge pede a palavra apenas para apelar ao bom senso dos membros da Assembleia no que toca ao tempo das suas intervenções.

De seguida, o senhor Nuno Cavaco usa da palavra para apontar alguns aspetos, como a origem das festas (como forma de celebrar a cultura africana). Saúda o Vale da Amoreira por ser considerado, a nível europeu, como exemplo de integração graças a projetos da autarquia. Volta a apelar para alteração das expressões utilizadas, já ditas pelo seu colega de bancada, Jorge Silva.

O senhor Rodrigo Nascimento intervém, dizendo que percebe a opinião da bancada da CDU, mas a verdade é que foram raras as edições das festas onde não ocorreram algum tipo de crime, algo que não aconteceu no ano corrente. O mesmo considera que a escolha do local foi determinante para a falta de criminalidade. Frisa ainda que houve sim artistas portugueses no cartaz.

toda a região da AML, procurando garantir mais e melhor mobilidade, mais e melhor ambiente, transportes públicos mais acessíveis e baratos;

A criação da Empresa Transportes Metropolitanos de Lisboa TML integra a persecução destes objetivos;

o contexto atual, ao qual os municípios são alheios, de aumento significativo do preço dos combustíveis e, em geral, do custo de vida, colocam novas exigências e dificuldades acrescidas.

A aberta a possibilidade de proceder a contratação de serviço Público rodoviário de passageiros, a partir da AML e com forte participação dos municípios, foi encetado um caminho, sem estar LIVRE de complexidades e exigências, para a implementação de uma operação Rodoviária integrada, alargada e inovadora em toda a AML e em todos os concelhos que a compõem.

essa operação teve início no passado dia 1 de junho (Lote 4), abrangente primeiramente os conselhos de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal. Uma operação contratada pela TML à empresa ALSA Todi. Um lançamento que ainda refletiu problemas antigos e conheceu no seu arranque dificuldades e falhas;

A partir do dia 1 de julho, e progressivamente, o Lote 3 (Almada, Seixal e Sesimbra) entrará em vigor. Os restantes Lotes (Lote 1 – Amadora, Cascais, Lisboa, Oeiras, Sintra e Lote 2- Odivelas, Lisboa, Loures, Vila Franca) entrarão em funcionamento quando as empresas de transporte com responsabilidade nestes lotes conseguirem garantir as condições necessárias e suficientes a um serviço de transporte que, no fundamental, garanta o que está contratado, particularmente viaturas, número de trabalhadores, informação ao Público, entre outras. Cada passo dado representa avanços e novas exigências, que obriga a medidas de acompanhamento, monitorização e respostas diárias;

Os problemas identificados no arranque do lote 4 para além da exigência de os ultrapassar o mais rapidamente possível obrigam a prevenir nos restantes lotes problemas similares e antecipar novos problemas decorrentes da área de operação específica de cada lote e seu território;

Os utentes e as populações não podem ver regredir os avanços alcançados, nem que as suas justas expectativas sem goradas. é possível, como é necessário, que as empresas

Posto isto, o Presidente de Mesa submeteu o documento a votação e o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Declaração de Voto - PS

“Volvido o mês do arranque da Carris Metropolitana nos municípios da Margem Sul do Tejo, nomeadamente no município da Moita, é premente esclarecer algumas narrativas que têm surgido em torno da implementação e arranque da Carris Metropolitana. Quase de forma constante é construído uma espécie de fabula em torno deste assunto, tendo a Câmara Municipal sido acusada de inércia e inoperância, tendo em conta os problemas que têm surgido na prestação de serviços de transportes, por parte da Carris Metropolitana.

Pois bem, não é por insistirmos muitas vezes numa inverdade que ela se tornará uma verdade absoluta. Antes pelo contrário, acaba por obrigar os envolvidos nessa narrativa a esclarecer os demais.

Foi neste intento e, por forma a clarificar, quer a população da Moita, quer os senhores deputados, municipais com os de freguesia, que a bancada do PS solicitou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, convidasse o senhor Primeiro-secretário do Metropolitano, igualmente os representantes do Conselho de Administração do TML, a prestarem esclarecimentos na última Assembleia Municipal na Moita. Tendo em vista, explicar o porquê deste projeto, que se quer como algo que venha acrescentar valor na prestação de serviços, transportes e facilitar a mobilidade das populações, não estar de facto a resultar e o motivo pelo qual o Lote 4 ter arrancado com garantias de funcionamento com qualidade, para depois assistirmos aos atuais problemas estruturantes na prestação de serviços.

Desde a fase de estudo deste projeto, até À presente data, que a Câmara Municipal tem sido um parceiro de proximidade, quer na disponibilidade financeira, quer na cooperação pelo diálogo.

Desde outubro de 2021, até à data do arranque da Carris Metropolitana que este executivo Municipal tem sido um parceiro consistente e foram feitas cerca de sete reuniões, onde o senhor Presidente da Câmara da Moita sempre disse “presente”. Onde tónica do discurso por parte do PS foi sempre de qualidade e proximidade.

e, ainda assim, diz que se continua a assistir a problemas, tanto nos autocarros como nos barcos. Sugere convidar a administração da SOFLUSA a irem à Assembleia Municipal, uma vez que “se passam coisas absurdas na Soflusa”.

Chama a atenção para outras promessas feitas, que abrem múltiplas vias de deslocação como o metro e a Ponte Barreiro-Seixal.

Refere ainda que a responsabilidade da prestação de serviço contratualizados seria dos operadores que formaram o consórcio.

Passou-se à leitura da segunda moção da CDU, “Por melhores Serviços de Saúde na Baixa da Banheira”, apresentada por Nuno Cavaco:

“Após uma luta de décadas a população da Baixa da Banheira recebeu com muito agrado as notícias da construção de um novo Centro de Saúde. O novo Centro de Saúde seria e será a resposta para a grande maioria dos problemas no acesso à saúde para os utentes. Cedo a sociedade civil se mobilizou para esta causa e propôs que o novo centro de saúde se Centro de Saúde Dr. Raul Coelho.

As obras iniciaram-se em fevereiro de 2020 e o seu término estava previsto para o final do Verão de 2021. Por vicissitudes várias as

obras foram sendo atrasadas.

Ao mesmo tempo e fruto do trabalho e da persistência das autarquias e da Comissão de Utentes da Saúde bem como da direção do ACES Arco Ribeirinho, vários médicos, jovens médicos, apresentaram uma candidatura a uma USF para o local. Esses médicos vão-se mantendo a trabalhar no centro de saúde antigo, mas sem condições, como é do conhecimento de todos.

Apesar das promessas, recordamos que em 2016 o primeiro-ministro António Costa prometeu médicos de família para todos os portugueses até 2017. Já em 2022 não se compromete para quando o cumprimento da promessa. Acontece que na nossa freguesia dos 21000 habitantes, cerca

Em relação à exigência de mais médicos, lembra que existiram dois concursos para médicos de família, cujas vagas não foram preenchidas. “Não se pode obrigar um médico a vir para o centro de saúde.”, afirma.

O senhor Nuno Cavaco responde às intervenções, dizendo estar disposto a incluir a inquirição do Dr. Augusto César no documento. No que concerne à posição tomada pela bancada do PS, afirma que o texto foi feito para ser aprovado por todos.

Relembra que, em 2015, uma das condições para a coligação dos partidos de esquerda no Governo foi a construção do novo Centro de Saúde da Baixa da Banheira.

Reconhece que a CDU tem responsabilidades, pois podia ter agido mais depressa, mas o PS também as tem porque, um ano depois, a obra continua parada.

Finaliza a sua intervenção, pedindo apenas que a CMM demonstre mais interesse na rápida construção do Centro, lance o concurso público o mais depressa possível e que se esforce para atrair jovens médicos.

O Presidente da Mesa submeteu o documento a votação e o mesmo foi aprovado por 9 votos a favor e 8 contra, após as alterações sugeridas.

Antes de se iniciar a Ordem de Trabalhos, a senhora Presidente da Junta, Bárbara Dias, sugere uma nota de pesar, relativamente ao falecimento de um dos grandes impulsionadores do polo de mini-basquete na freguesia, o senhor Henrique Vieira.

Em concordância, o senhor Nuno Cavaco sugeriu o envio de uma nota de condolências ao Benfica e à família, em nome da Assembleia de Freguesia.

O senhor Presidente da Mesa deu início, então, ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, Autorização Prévia pela Assembleia de Freguesia de Compromissos Plurianuais de forma genérica, apresentado pelo Senhor Tesoureiro, Luís Cerqueira:

“Considerando que a realização das despesas que se prolonguem por mais de um ano económico, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita à aprovação prévia da Assembleia de Freguesia, conforme resulta do artigo 6º nº1 d) da Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro (na sua redação atual), que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e ao pagamento em atraso das entidades públicas, conjugado com o artigo 12º do DL nº 127/2012 de 21 de Julho (na sua redação atual), aplicável às freguesias por maioria da razão.”

moradores da zona Norte; Realização do Dia da Criança e festa da subida de Divisão da União de Banheirense.

A senhora Presidente informa que foi enviado um relatório para a Assembleia de Freguesia, sobre a análise de procedimentos, pedida a uma empresa - CTL.

O documento consiste em propostas e recomendações para que haja uma melhoria nos procedimentos da Junta.

Realça que algumas das recomendações já foram postas em prática como, por exemplo, a designação de um trabalhador para a realização das Atas, o arquivo das Atas com as propostas e documentos anexos, a publicitação de editais de deliberações do órgão executivo, a realização de cabimentos, compromissos externos e ficha de adjudicação e registo de assiduidade.

Informa que já se aprovou o RGPD, o Código de Conduta e o início de procedimento das novas taxas e tarifas, que será apresentado em dezembro.

A senhora Presidente da Junta pede aos técnicos presentes na Assembleia, o Dr. Luís e a Dr^a Carla, que expliquem a metodologia adotada para fazer o relatório e esclarecer quaisquer dúvidas que sejam apresentadas.

Sucintamente, a Dr^a Carla explica que lhes foi pedido para fazerem um diagnóstico organizacional. Chegaram-se às conclusões, a nível da despesa e recursos humanos, através de reuniões com a Junta, acesso a documentos e comparando com o trabalho já feitos noutras Juntas de Freguesia.

Em seguida, a senhora Helena Mira usa da palavra para dizer que, depois de uma leitura mais atenta do documento, percebe que se trata de uma avaliação ao anterior Executivo, por isso estranha ninguém ter sido contactado. Defende ainda que existem incongruências no mesmo e que, tendo as coordenadoras técnicas participado no mesmo, a bancada da CDU pede para que, no futuro, haja uma discussão com as técnicas presentes.

Pergunta ainda como foi o acesso à documentação, pois a administração pública tem de nomear um encarregado de Proteção de Dados e é algo que não foi deliberado.

Justificou que o atraso nas obras da Estrada Nacional é justificado devido ao elevado custo dos materiais, mas já está a ser feito um estudo para recompensar o atraso das mesmas.

O senhor deputado Rogério Santos admitiu que compreendia a posição da senhora Presidente.

Foi dada a palavra ao senhor Jorge Silva, que perguntou qual o estado das obras da Avenida 1º de Maio e sobre as obras na Avenida José Almada Negreiros, já que a calçada não se encontra em bom estado, o que resulta num perigo para a população mais idosa. Alerta ainda para os pilaretes na Rua Ferreira de Castro estão em mau estado.

Logo em seguida, o senhor Miguel Jorge intervém, para reconhecer a importância do relatório de atividades da Junta e do diagnóstico organizacional e ressaltar o trabalho do Executivo, que procurou saber mais como melhorar e otimizar a gestão das freguesias nas várias áreas que lhe compete.

“O senhor Nuno Cavaco costumava sempre dizer que quando nós não dominávamos um tema e ele entendia que era um tema que devíamos dominar, dizia sempre: Estudem. E foi isso que o executivo fez.”, afirma.

Finaliza, dizendo que a oposição deve ficar satisfeita com o relatório, porque não há motivos para ficarem melindrados, já que é apenas uma forma de modernizar as coisas.

O Senhor Tesoureiro, Luís Cerqueira, usa da palavra para explicar que cabe ao Executivo dotar as funcionárias das melhores ferramentas, por isso contrataram os serviços da CTL.

Posteriormente, a senhora Helena Mira volta a esclarecer a sua posição, afirmando que apenas gostava de discutir o documento com as coordenadoras técnicas presentes, já que, segundo ela, algumas coisas descritas no documento não correspondiam à verdade. Além disso, a própria realização do documento tem algumas ilegalidades já mencionadas anteriormente.

O senhor Luís Cerqueira intervém, dizendo que não há motivo para interpelar as funcionárias, na medida em que estas apenas entregaram os documentos. Disse que relatório não serve para apontar o dedo a ninguém, somente indicar um melhor caminho.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo 1 hora e 50 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a mesma, tendo a primeira secretária lavrado a Ata em minuta, que foi lida e aprovada com unanimidade.

E eu, Mariana Sofia Marques Pinote, 1.ª Secretária da Mesa, a redigi e vou assinar, conjuntamente com o Presidente, Paulo Alfama.

Presidente:

Paulo Alfama

1.ª Secretária:

Mariana Sofia Marques Pinote
